



ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
(CIDI)



DÉCIMA TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERAMERICANA
DE MINISTROS DO TRABALHO
24 a 26 de setembro de 2003
Salvador, Bahia, Brasil

OEA/Ser.K/XII.13.1
TRABAJO/doc.9/03 corr. 1
25 setembro 2003
Original: inglês

ESTUDO DE VIABILIDADE
DE UM MECANISMO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
PARA A ADMINISTRAÇÃO TRABALHISTA PROFISSIONAL

Este documento foi previamente publicado com a classificação incorreta TRABAJO/doc.7/03;
este *corrigendum* afeta somente o idioma português

DÉCIMA TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DO TRABALHO (CIMT)

Estudo de viabilidade de um mecanismo interamericano de cooperação para a administração trabalhista profissional

A. ANTECEDENTES

Na Declaração de Québec, da Terceira Cúpula das Américas, os Chefes de Estado e de Governo estabeleceram o seguinte mandato:

“A fim de avançar no nosso compromisso de criar maiores oportunidades de emprego, melhorar a qualificação dos trabalhadores e aprimorar as condições de trabalho em todo o Hemisfério, reconhecemos a necessidade de considerar, nos foros hemisférico e internacional competentes, as questões da globalização relacionadas com o emprego e o trabalho. Instruímos a Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho a que continue a considerar os temas relacionadas com a globalização que afetam o emprego e o trabalho”.

O Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas também estabelece que, em matéria de trabalho e emprego, os Chefes de Estado e de Governo

orientarão “os ministros a progredir, dentro dos parâmetros da Declaração de Viña del Mar, no tratamento das dimensões sociais da globalização e da modernização dos Ministérios do Trabalho”, criarão “um processo para aumentar a colaboração e a coordenação sobre a dimensão laboral do processo da Cúpula das Américas” e elaborarão “novos mecanismos para aumentar a efetividade de projetos e outros programas de assistência técnica voltados para o fortalecimento das capacidades das economias menores e suas instituições”.

Por sua vez, os Ministros do Trabalho do Hemisfério reuniram esses mandatos na Declaração de Ottawa, da Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho.

B. SOBRE A NECESSIDADE DE UM MECANISMO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO TRABALHISTA PROFISSIONAL

Em sequência aos mandatos estabelecidos pelos Chefes de Estado da Terceira Cúpula das Américas, os Ministros se comprometeram, mediante o Plano de Ação de Ottawa, da Décima Segunda CIMT, a: (1) fortalecer a capacidade dos Ministérios do Trabalho e implementar políticas para o trabalho e o mercado de trabalho; (2) desenvolver novos mecanismos que aumentem a eficácia de projetos e de iniciativas de assistência técnica, a fim de fortalecer a capacidade dos Ministérios do Trabalho das economias menores; e (3) criar um processo que aumente a colaboração e a coordenação com instituições chave das Américas que desempenhem papel fundamental no melhoramento das condições de trabalho.

Numa economia mais integrada e tecnologicamente avançada — objetivo a que aspiram os países das Américas — a administração trabalhista desempenha papel de destaque.

Os Ministérios do Trabalho cumprem função vital e multifacetada que consiste em cimentar as bases para a consecução das amplas metas da Cúpula das Américas.

- Promover e proteger os princípios e direitos fundamentais no trabalho, tal como consta da Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da OIT.
- Preparar os trabalhadores para que sejam bem-sucedidos numa economia integrada, proporcionando-lhes as qualificações necessárias.
- Melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho com maior segurança econômica e mais capacitação nos períodos de desemprego e otimizar o acesso a serviços de inserção no trabalho na transição para um novo emprego.

(Nem todos os Ministérios do Trabalho dispõem dos recursos suficientes para garantir a segurança econômica dos trabalhadores durante o desemprego. Por exemplo, o México conta com programas de capacitação e bolsas de estudo para os trabalhadores desempregados, mas não dispõe de seguro-desemprego.)

- Promover o desenvolvimento integral de indivíduos e o potencial produtivo dos centros de trabalho.
- Colaborar para que se entenda mais profundamente o impacto trabalhista da integração, inclusive mediante o diálogo social; e
- Participar ativamente de debates chave sobre políticas econômicas e sociais.

Para atender a esses desafios, a tomada de decisões deverá ser moderna e profissional e será necessário dispor de informações atualizadas, conectividade, capacidade de gestão, diálogo social, meios alternativos de solução de controvérsias e sistemas de cumprimento jurídico.

Muitos Ministérios do Trabalho, especialmente os das economias menores, se beneficiariam se para essa finalidade fortalecessem sua capacidade.

A assistência técnica e a cooperação horizontal desempenham papel chave no desenvolvimento da capacidade dos Ministérios do Trabalho.

É necessário que haja maior colaboração e coordenação sustentada entre os governos, os atores sociais e as organizações internacionais chave do Hemisfério, partindo-se dos programas e iniciativas existentes, tais como os da Organização Internacional do Trabalho, da Organização dos Estados Americanos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e complementando-os.

Há especialmente a necessidade de coordenar as informações e os conhecimentos necessários para que os programas de cooperação horizontal sejam eficazes, para situar esses programas no âmbito de estratégias viáveis de capacitação e para promover uma análise que apóie o contínuo melhoramento das iniciativas de capacitação.

Os Estados membros desejam deixar consignado que a OIT é a organização internacional competente, com o mandato exclusivo de fixar normas trabalhistas internacionais e zelar pela sua devida aplicação, por intermédio de seus organismos tripartites de supervisão.

C TERMOS DE REFERÊNCIA

1. Objetivo

O estudo analisará a viabilidade das opções para o estabelecimento de um mecanismo patrocinado pela CIMT, elaborado para atender aos seguintes objetivos:

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRABALHISTA

As ações destinadas a essa finalidade poderiam incluir:

- desenvolvimento e fortalecimento do quadro de profissionais capacitados no nível operacional (inclusive inspeções), análise de políticas e administração e, no âmbito dos mandados dos Ministérios do Trabalho, no nível de arbitragem trabalhista;
- classificação e divulgação de informações sobre boas práticas;
- incorporação de modernas tecnologias da informação, com o objetivo de aumentar a eficácia operacional e a qualidade da análise de políticas;
- modernização e melhoramento dos Ministérios do Trabalho como provedores de serviços: desenvolvimento de capital humano, promoção de emprego e funcionamento eficaz dos mercados de trabalho;
- aumento da eficácia das estratégias;
- implementação de sistemas de gestão a fim de garantir a prestação de contas e o progresso contínuo.

MAIOR COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

Entre as medidas destinadas a essa finalidade poderiam constar:

- estabelecimento de um ponto único de acesso a informações sobre recursos disponíveis e práticas eficazes, com base na classificação de melhores práticas em áreas de cooperação específicas;
- identificação e registro de projetos de cooperação empreendidos na Região entre países e grupos de países;
- destinação de recursos de cooperação horizontal a necessidades específicas, inclusive designação de peritos e profissionais com experiência;
- apoio ao desenvolvimento, por parte dos governos nacionais, de programas integrais de fortalecimento da capacidade existente, mediante a cooperação horizontal e a assistência dos organismos internacionais pertinentes;
- definição de fontes de financiamento institucionais a fim de estender os atuais projetos de cooperação a outros países e grupos de países;
- pesquisa, análise e divulgação de informações sobre os exemplos bem-sucedidos que tenham alcançado resultados sustentáveis;
- definição de necessidades pendentes;
- criação de uma área de capacitação para jovens profissionais do setor trabalhista.

2. Alcance

O estudo levará em consideração as necessidades dos Estados membros da OEA definidas pelos Grupos de Trabalho da CIMT e avaliará os meios de maximizar o uso das tecnologias da comunicação e dos recursos complementares disponíveis, analisará as possibilidades proporcionadas pelas redes de contato e considerará os vínculos entre partes homólogas estratégicas no setor acadêmico do Hemisfério.

3. Objetivos

Apresentar uma série de opções e recomendações específicas que orientem a Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho quanto à possível implementação de um mecanismo cooperativo com relação ao seguinte:

i) Função

O mecanismo seria um recurso disponível a pedido dos governos das Américas para melhorar a administração trabalhista e apoiar a CIMT em seu mandato de fortalecer a capacidade dos Ministérios do Trabalho do Hemisfério, promovendo a qualificação dos governos e da Conferência, a fim de que se chegue às metas propostas no parágrafo 1.

O mecanismo empregaria e complementaria os recursos postos à disposição pelas organizações internacionais chave, particularmente os da Organização Internacional do Trabalho e da Organização dos Estados Americanos, inclusive o projeto OEA-SISMEL. Isso evitaria a duplicação de funções.

O estudo analisará possíveis funções, inclusive, a título enumerativo e não restritivo:

- *Coordenação da cooperação internacional*

- criação de um fundo comum de administradores profissionais do trabalho experimentados e gestão de uma rede que lhes permita pôr seus conhecimentos especializados à disposição dos Ministérios do Trabalho, alocando os recursos disponíveis para necessidades específicas;
- sistematização das melhores práticas em matéria de trabalho nos países do Hemisfério. Os membros da CIMT terão acesso permanente ao sistema pela *Internet* e outros meios;
- identificação e registro dos projetos de cooperação que sejam realizados na Região, entre países e grupos de países, com o objetivo de aumentar a efetividade e cobertura regional das ações de cooperação;
- estabelecimento de mecanismos de coordenação com instituições internacionais chave nas Américas para a compilação de dados e/ou *links* com informações sobre as práticas mais eficazes, recursos de cooperação internacional e avaliação de necessidades;
- trabalho conjunto com o Instituto de Conectividade das Américas para o desenvolvimento de soluções com plataforma de *Internet*;
- trabalho conjunto com o SISMEL a fim de promover a modernização dos sistemas de informação sobre o trabalho e os mercados de trabalho;
- assistência direta aos governos membros da CIMT na concepção de planos de ação sustentáveis e integrais com relação ao fortalecimento de capacidade empregando os recursos acima citados e valendo-se da Organização Internacional do Trabalho e de outras entidades com os conhecimentos pertinentes; e assistência para acesso a fontes de financiamento que apoiem esses planos.

- *Análise*

- criação de um foro permanente de análise, reflexão e intercâmbio de informações por meio da *Internet*;

- apresentação periódica de estudos com base na experiência sobre as condições necessárias para a sustentabilidade e eficácia da programação;
- desenvolvimento de estratégias e novas perspectivas para atender a metas pendentes e conseguir resultados sustentáveis em prol dos objetivos da CIMT.

- *Capacitação*

- oferecer aos Ministérios do Trabalho o campo de aprendizagem necessário para capacitar seus funcionários e pessoal subordinado.

Os Estados membros desejam deixar consignado que a OIT é a organização internacional competente, com o mandato exclusivo de fixar normas trabalhistas internacionais e zelar pela sua devida aplicação mediante os organismos tripartites de supervisão.

ii) Possíveis sócios

O estudo definirá organizações de nível nacional e internacional (inclusive organismos multilaterais, universidades e organizações não-governamentais com finalidades educacionais ou capazes de oferecer conhecimentos técnicos) que poderiam participar como sócios com vistas à consecução dos objetivos descritos no parágrafo 1.

iii) Financiamento

O estudo mostrará o que se acha implícito nas opções apresentadas, inclusive nas potenciais fontes de financiamento, e oferecerá sugestões quanto à eficácia em função do custo e cooperação de recursos.

iv) Organização e prestação de contas

O estudo analisará de que maneira o mecanismo poderia ser administrado para ser eficaz e eficiente e ao mesmo tempo atender aos interesses de todas as partes. O estudo levará em conta, entre outros aspectos, de que modo assegurar que uma organização ou instituição preste contas diretamente à CIMT; também considerará as modalidades de um mecanismo geral de supervisão constituído por uma comissão diretora permanente e não remunerada que deve incluir a *tróica* de presidências *pro tempore* passadas, presente e futuras da CIMT e, finalmente, o papel dos representantes dos Estados membros, do COSATE, da CEATAL, dos organismos internacionais chave e das entidades de financiamento.

v) Administração

No caso de que se proponha um mecanismo institucional, o estudo considerará de que maneira administrá-lo, inclusive o local da sede, e quais seriam as conseqüências em matéria de recursos humanos e das necessidades administrativas previstas (por exemplo, artigos de escritório, *sites* na *Web*, serviços de tradução), bem como no que se refere às políticas de idiomas da OEA com respeito à reunião e divulgação de material. Para manter os custos num nível mínimo, será considerado o uso amplo da tecnologia da informação e das comunicações, bem como a possibilidade de que cada

Estado membro designe um administrador nacional que trabalharia pela *Internet*.

vi) Rede de contatos

O estudo avaliará o papel do mecanismo como eixo de concentração de uma rede de conhecimentos sobre o trabalho nas Américas que compartilhe as melhores práticas. O estudo considerará também o estabelecimento de um mecanismo virtual que vincule os Ministérios do Trabalho entre si e a outras instituições, como universidades e organismos internacionais, bem como diversas fontes de especialização técnica em administração do trabalho, capacitação *on-line* e informação para o desenvolvimento de capacidade.

4. Condução do estudo

O estudo será conduzido pelos presidentes *pro tempore* da CIMIT, anteriores, atual e futuros. Será administrado pela Unidade de Desenvolvimento Social e Educação da OEA, com a participação de peritos reconhecidos pertinentes.

A elaboração do estudo será feita de acordo com um processo consultivo com os dirigentes dos Grupos de Trabalho estabelecidos no Plano de Ação da Décima Terceira CIMIT. O estudo dará origem a um relatório provisório sobre o progresso alcançado, que será entregue nas primeiras reuniões dos Grupos de Trabalho.

5. Financiamento

O financiamento do estudo se especifica da seguinte maneira:

- O Programa de Trabalho do Ministério de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Canadá contribuirá com \$X.

O Subfundo de Reserva da Cúpula das Américas, OEA, contribuirá com a quantia de \$X, sujeita às autorizações necessárias.

(Outras instituições e cifras serão identificadas quando cabível.)

6. Cronograma

Apresentação de um esboço	7 de fevereiro de 2004
Apresentação de uma minuta preliminar à presidência <i>pro tempore</i> e à OEA.....	30 de abril de 2004
Reunião com os chefes dos Grupos de Trabalho e apresentação de um relatório aos membros do Grupo de Trabalho	Primeiras reuniões dos Grupos de Trabalho
Apresentação da minuta final aos Ministros da CIMIT, para aprovação.....	30 de junho de 2004